

UNILEÃO  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FRANCISCO KAYO XAVIER ALMEIDA

**IMPACTOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA PARA AS FUTURAS  
GERAÇÕES DE PRESTADORES DE SERVIÇO**

JUAZEIRO DO NORTE-CE  
2023

FRANCISCO KAYO XAVIER ALMEIDA

**IMPACTOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA PARA AS FUTURAS  
GERAÇÕES DE PRESTADORES DE SERVIÇO**

Trabalho de Conclusão de Curso — *Artigo Científico*,  
apresentado à Coordenação do Curso de Graduação  
em Direito do Centro Universitário Doutor Leão  
Sampaio, em cumprimento às exigências para a  
obtenção do grau de Bacharel.

**Orientador:** Esp. Rawlyson Maciel Mendes

JUAZEIRO DO NORTE-CE  
2023

FRANCISCO KAYO XAVIER ALMEIDA

**IMPACTOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA PARA AS FUTURAS  
GERAÇÕES DE PRESTADORES DE SERVIÇO**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso de Francisco Kayo Xavier Almeida.

Data da Apresentação \_\_\_ 11 \_\_\_ / \_\_\_ 12 \_\_\_ / 2023 \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Orientador: (Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário Rawlyson Maciel Mendes)

Membro: Prof.Esp.Éverton de Almeida Brito/ Leão Sampaio

Membro: Porf.Esp.Francisco Gledison Lima Araújo / Leão Sampaio

JUAZEIRO DO NORTE-CE  
2023

## IMPACTOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA PARA AS FUTURAS GERAÇÕES DE PRESTADORES DE SERVIÇO

Francisco Kayo Xavier Almeida <sup>1</sup>  
Rawlyson Maciel Mendes <sup>2</sup>

### RESUMO

A previdência social desempenha um papel essencial na sociedade, oferecendo proteção social e segurança financeira aos trabalhadores por meio de benefícios como aposentadoria, pensão por morte e auxílio-doença. No entanto, as profundas mudanças demográficas, econômicas e políticas que o Brasil enfrenta demandam ajustes significativos no sistema previdenciário para garantir sua sustentabilidade a longo prazo. O objetivo geral deste trabalho é analisar o impacto da reforma previdenciária sobre as futuras gerações de prestadores de serviços e os objetivos específicos são: Apresentar quais os benefícios e os malefícios da reforma trabalhista para as futuras gerações de contribuintes e as pessoas que estão adentrando junto ao mercado de trabalho; Avaliar as mudanças nas regras de aposentadoria e benefícios previdenciários e seu impacto na vida profissional e financeira dos prestadores de serviço; Identificar os desafios e oportunidades enfrentados pelas futuras gerações de prestadores de serviço devido às mudanças previdenciárias, considerando as necessidades de planejamento financeiro e previdenciário. Essa reforma trouxe alterações substanciais nas regras de aposentadoria e nos benefícios previdenciários, implementando medidas como a definição de uma idade mínima para a aposentadoria, o aumento do tempo de contribuição e a criação de regras de transição. Tais mudanças têm repercussões imediatas e duradouras para as gerações vindouras de prestadores de serviços. A pesquisa adotou uma abordagem metodológica baseada em revisões bibliográficas, exploratórias e descritivas, realizando a pesquisa e a leitura em plataformas virtuais, bem como a indexação de pesquisas em bases de dados eletrônicas como Scielo. É de suma importância avaliar como essas mudanças afetarão a expectativa de vida profissional dos prestadores de serviços, considerando variáveis como idade, gênero e ocupação. Além disso, é crucial identificar os desafios e as oportunidades que surgem para essas futuras gerações, considerando a necessidade de garantir proteção social e estabilidade econômica. Nesse contexto, a pesquisa tem em vista fornecer uma visão mais clara do impacto das reformas da previdência sobre as gerações vindouras de prestadores de serviços.

**Palavras-Chave:** Previdência Social. Futuras gerações. Impacto

### ABSTRACT

Social Security plays an essential role in society, providing social protection and financial security to workers through benefits such as retirement, survivor's pension, and sickness allowance. However, the profound demographic, economic, and political changes that Brazil is facing demand significant adjustments in the pension system to ensure its long-term sustainability. The main objective of this work is to analyze the impact of pension reform on future generations of service providers; with specific objectives being: present the benefits and drawbacks of Labor Reform for future generations of contributors and those entering the labor market; evaluate changes in retirement rules and pension benefits and their impact on the

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Direito UNILEÃO. E-mail: kayo.ornelas@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Orientador, especialista em direito do trabalho e previdenciário E-mail: rawlyson@leaosampaio.edu.br

professional and financial lives of service providers; identify the challenges and opportunities faced by future generations of service providers due to pension changes, considering the need for financial and pension planning. This Reform brought substantial changes to retirement rules and pension benefits, implementing measures such as setting a minimum retirement age, increasing the contribution period, and creating transition rules. Such changes have immediate and lasting repercussions for future generations of service providers. The research adopted a methodological approach based on bibliographic, exploratory, and descriptive reviews, conducting research and reading on virtual platforms, as well as indexing research in electronic databases such as Scielo. It is of utmost importance to assess how these changes will affect the professional life expectancy of service providers, considering variables such as age, gender, and occupation. Furthermore, it is crucial to identify the challenges and the opportunities that arise for these future generations, considering the need to ensure social protection and economic stability. In this context, the research aims to provide a clearer understanding of the impact of pension reforms on future generations of service providers.

**Keywords:** Social Security. Future generations. Impact.

## 1 INTRODUÇÃO

A reforma da previdência é um tema que desperta grande interesse, dúvidas e discussão na sociedade, uma vez que possui coordenação direta na vida das pessoas e no planejamento financeiro para o futuro. No Brasil, a previdência social tem sido objeto de reformas e ajustes ao longo dos anos, e sua mais recente reformulação trouxe mudanças que impactam, em especial, as futuras gerações de geração de serviço (SANTOS, 2021).

As mudanças nas regras previdenciárias geralmente visam garantir a sustentabilidade do sistema no longo prazo, considerando, fatores como o envelhecimento da população e a necessidade de equilibrar as contas públicas. Alguns dos impactos mais comuns da reforma da Previdência para as futuras gerações de prestadores de serviço incluem: a idade mínima e tempo de contribuição, a redução dos benefícios, o aumento das alíquotas de contribuição e as mudanças nos regimes previdenciários (OLIVEIRA (2019).

É importante ressaltar que os impactos específicos podem variar conforme as mudanças implementadas em cada país e em cada reforma específica. Além disso, as reformas da Previdência têm o objetivo de garantir a sustentabilidade do sistema e podem trazer benefícios a longo prazo, mesmo que as mudanças iniciais possam parecer desfavoráveis. Nesse contexto, é fundamental compreender os impactos específicos que essas reformas podem ter para as futuras gerações de prestadores de serviço.

Pretende-se também explorar as consequências socioeconômicas dessas mudanças, a fim de compreender como elas viveram a vida e o planejamento financeiro dos indivíduos ao longo de suas carreiras e na fase da aposentadoria.

Primeiramente, foi realizado um estudo sobre o atual cenário da Previdência Social, apresentando suas principais características e objetivos, abordando a importância desse sistema de proteção social na garantia da segurança financeira e bem-estar dos cidadãos em momentos-chave da vida, como aposentadoria, invalidez e maternidade.

Em seguida, foram analisadas as principais reformas da Previdência implementadas em diferentes países, buscando compreender as motivações por trás dessas mudanças e as estratégias adotadas para garantir a sustentabilidade do sistema, bem como suas especificidades em relação às futuras gerações de prestadores de serviço, explorando os aspectos como o aumento da idade mínima para aposentadoria, o aumento do tempo de contribuição necessário, a redução dos benefícios previdenciários e a possível transição para regimes de capitalização. Serão analisados estudos e pesquisas recentes que abordam essas questões, visando compreender o impacto dessas mudanças no planejamento financeiro e nas perspectivas de aposentadoria das futuras gerações.

Ao abordar os impactos da reforma da Previdência para as futuras gerações de prestadores de serviço, este trabalho contribui para o debate e a reflexão sobre políticas públicas e medidas que possam assegurar um sistema previdenciário justo e viável para todos os cidadãos.

A reforma da Previdência é um tema de grande relevância e impacto na sociedade contemporânea. Ao longo dos anos, diversos países têm enfrentado desafios relacionados à sustentabilidade dos sistemas previdenciários, motivando a implementação de reformas que visam equilibrar as contas públicas e garantir a segurança financeira das gerações futuras (SOARES 2020).

Diante do que foi apresentado, surgem várias indagações sobre o tema citado, tais como: quais serão os impactos da Reforma da Previdência nas futuras gerações de prestadores de serviço em relação à idade mínima para aposentadoria? Como essa mudança afetará o planejamento financeiro e a trajetória profissional desses indivíduos? Quais serão as consequências da modificação das regras de cálculo do benefício previdenciário para as futuras gerações de prestadores de serviço? Como a nova forma de cálculo influenciará o valor e a estabilidade dos benefícios recebidos na aposentadoria?

Essas perguntas servem como ponto de partida para a pesquisa e análise dos impactos da Reforma da Previdência nas futuras gerações de prestadores de serviço, abordando diferentes aspectos relacionados à idade mínima, cálculo do benefício, segurança financeira e alternativas de planejamento previdenciário. Através da investigação dessas questões, busca-se compreender os desafios enfrentados por essas gerações e propor soluções que promovam uma

transição mais justa e equitativa para o novo sistema previdenciário.

Considerando as indagações citadas acima, pode-se descrever que a Reforma da Previdência terá consequências significativas para as futuras gerações de prestadores de serviço, resultando em uma redução na segurança financeira e no bem-estar na aposentadoria desses indivíduos.

As mudanças propostas podem aumentar a incerteza e a instabilidade financeira ao longo da vida laboral desses indivíduos, exigindo um planejamento mais cuidadoso e uma maior responsabilidade individual na construção de um fundo previdenciário complementar. Assim como resposta aos questionamentos anteriores, admite-se que:

O aumento da idade mínima para aposentadoria terá impactos significativos no planejamento financeiro e na trajetória profissional das futuras gerações de prestadores de serviço, tornando necessário um maior tempo de contribuição e adiando a possibilidade de usufruir dos benefícios previdenciários.

A modificação das regras de cálculo do benefício previdenciário resultará em benefícios menores para as futuras gerações de prestadores de serviço, levando a uma redução na estabilidade e no valor dos benefícios recebidos durante a aposentadoria.

A justificativa para a realização deste trabalho tem como base a necessidade de compreender os efeitos da Reforma da Previdência sobre as gerações futuras de prestadores de serviço. É essencial analisar as consequências dessa reforma para os indivíduos que dependerão do sistema previdenciário no futuro, uma vez que as mudanças implementadas podem afetar diretamente sua segurança financeira e bem-estar na aposentadoria.

Sobre esse viés o presente trabalho, tem como objetivo geral analisar o impacto da reforma previdenciária sobre as futuras gerações de prestadores de serviços e os objetivos específicos são: Apresentar quais os benefícios e os malefícios da reforma trabalhista para as futuras gerações de contribuintes e as pessoas que estão adentrando junto ao mercado de trabalho; Avaliar as mudanças nas regras de aposentadoria e benefícios previdenciários e seu impacto na vida profissional e financeira dos prestadores de serviço; Identificar os desafios e oportunidades enfrentados pelas futuras gerações de prestadores de serviço devido às mudanças previdenciárias, considerando as necessidades de planejamento financeiro e previdenciário.

Além disso, é relevante explorar as possíveis alternativas e estratégias de planejamento financeiro que podem auxiliar os futuros prestadores de serviço a lidar com os impactos da Reforma da Previdência. Será importante investigar quais são as opções disponíveis para esses indivíduos, como a previdência privada, investimentos de longo prazo e outras formas de garantir uma renda estável na aposentadoria.

Compreender os impactos da Reforma da Previdência para as futuras gerações de prestadores de serviço é fundamental para orientar políticas públicas e auxiliar na tomada de decisões individuais. O presente estudo proposto permitirá uma análise aprofundada dos efeitos da reforma, contribuindo para o debate acadêmico e oferecendo subsídios para a sociedade refletir sobre a importância de um sistema previdenciário justo e sustentável.

Por meio dessa pesquisa, espera-se fornecer informações valiosas e fundamentadas para que os prestadores de serviço, tanto atuais quanto futuros, possam se preparar adequadamente para os desafios financeiros da aposentadoria, garantindo uma melhor qualidade de vida no futuro.

## **2. HISTÓRICO DAS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA NO BRASIL**

A Previdência Social passou por diversas reformas ao longo da história, refletindo as mudanças econômicas, sociais e demográficas do país. Essas reformas visam ajustar o sistema previdenciário às mudanças demográficas, econômicas e sociais, garantindo a sua sustentabilidade e adequação às necessidades da população.

A primeira reforma significativa da Previdência Social no Brasil ocorreu em 1960, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), unificando os diversos institutos previdenciários existentes até então. Essa reforma marcou um momento importante na história da Previdência Social brasileira, promovendo a unificação dos institutos previdenciários e estabelecendo um sistema nacional mais coeso e integrado (CUNHA, 2019).

As reformas da Previdência são necessárias para assegurar a sustentabilidade financeira dos regimes previdenciários e garantir a proteção social aos trabalhadores a longo prazo, vale ressaltar a importância das reformas da Previdência como medida essencial para garantir a viabilidade dos sistemas previdenciários e assegurar a proteção social aos trabalhadores ao longo do tempo (CARVALHO, 2018).

De acordo com Soares (2020) a década de 1990 foi marcada por uma série de reformas previdenciárias, com destaque para a Emenda Constitucional n.º 20/1998 e a Emenda Constitucional n.º 41/2003, que introduziram mudanças significativas nas regras de aposentadoria e pensão. As reformas das décadas de 1990 trouxeram alterações profundas no sistema previdenciário brasileiro, buscando adequá-lo às transformações demográficas e econômicas do país. Essas mudanças afetaram as regras de aposentadoria e pensão, introduzindo critérios como idade mínima e tempo de contribuição.

A reforma da Previdência de 2019, por meio da Emenda Constitucional n.º 103,

representou uma das mais abrangentes e impactantes alterações no sistema previdenciário brasileiro, visando garantir a sustentabilidade e equilíbrio financeiro do sistema. Assim foi uma das mais significativas da história do país. Ela visou enfrentar o desafio do envelhecimento populacional e do déficit previdenciário, estabelecendo mudanças como a idade mínima progressiva e a alteração nas regras de cálculo dos benefícios (CARVALHO, 2021).

Cavalcanti (2020) destaca que o histórico das reformas da Previdência Social revela um constante debate sobre a sustentabilidade financeira, a justiça social e a necessidade de adequação do sistema às transformações demográficas e econômicas (CAVALCANTI, 2020).

Ao analisar o histórico das reformas previdenciárias, percebe-se que essas mudanças foram motivadas por preocupações com a sustentabilidade financeira, a busca pela equidade e a necessidade de adaptação às novas realidades demográficas e econômicas do país. As reformas da Previdência são complexas e envolvem desafios políticos, econômicos e sociais, requerendo um debate amplo e participativo para encontrar soluções adequadas e sustentáveis, assim é preciso um debate aberto e participativo para identificar soluções adequadas e sustentáveis para o sistema previdenciário (REZENDE, 2020).

As reformas da Previdência Social visam conciliar a proteção social dos trabalhadores com a sustentabilidade do sistema previdenciário, considerando os desafios financeiros e demográficos para garantir benefícios adequados às futuras gerações.

## 2.1. Principais marcos e reformas ao longo da história

A Previdência Social no Brasil passou por uma série de marcos e reformas ao longo de sua história, visando adequar o sistema às transformações sociais, econômicas e demográficas do país. Esses marcos e reformas desempenharam um papel fundamental na construção e evolução do sistema previdenciário brasileiro. Segue, a seguir, alguns dos principais marcos e reformas que moldaram a Previdência Social no Brasil.

Um dos primeiros marcos importantes na história da Previdência Social no Brasil foi a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1960, como mencionado por Cunha (2018). Essa criação foi um passo significativo, unificando os diversos institutos previdenciários existentes até então e ampliando a cobertura previdenciária no país. Na década de 1990, foram promovidas reformas previdenciárias que trouxeram mudanças significativas para o sistema (CUNHA, 2018).

Destaca-se a Emenda Constitucional n.º 20/1998, que introduziu o fator previdenciário e estabeleceu novas regras para a aposentadoria, como mencionado por Soares (2020). Essa

emenda teve como objetivo principal a busca pela sustentabilidade financeira do sistema previdenciário diante do envelhecimento da população e das pressões sobre as contas públicas. Outra reforma importante ocorreu em 2003, com a Emenda Constitucional n.º 41/2003 (SOARES, 2020).

Essa emenda trouxe mudanças relevantes nas regras de aposentadoria e pensão, como destaca Soares (2020). Ela estabeleceu a necessidade de idade mínima e tempo de contribuição para a aposentadoria, além de criar o regime de previdência complementar. A reforma da Previdência de 2019, por meio da Emenda Constitucional n.º 103, representou uma das mais abrangentes e impactantes alterações no sistema previdenciário brasileiro (SOARES, 2020).

Segundo Carvalho (2021), essa reforma teve como objetivo principal garantir a sustentabilidade e equilíbrio financeiro do sistema, estabelecendo mudanças nas regras de aposentadoria, como idade mínima e tempo de contribuição (CARVALHO, 2021).

Ao longo da história, as reformas previdenciárias têm sido impulsionadas pela necessidade de adequar o sistema às transformações demográficas e socioeconômicas do país. Conforme ressaltado por Cavalcanti (2019), o histórico das reformas da Previdência Social no Brasil reflete o constante debate sobre a sustentabilidade financeira, a justiça social e a necessidade de adaptação do sistema (CAVALCANTI, 2019).

Esses marcos e reformas têm impactos significativos na vida dos trabalhadores e na sociedade na totalidade. Como mencionado por Santos (2019), as mudanças nas regras de aposentadoria podem afetar o tempo de contribuição necessário, a idade mínima para se aposentar e os valores dos benefícios. Isso exige que os trabalhadores repensem suas estratégias de poupança e planejamento financeiro para garantir uma aposentadoria adequada no futuro (SANTOS, 2019).

Em suma, ao longo da história da Previdência Social no Brasil, diversos marcos e reformas foram estabelecidos visando garantir a sustentabilidade do sistema e adequá-lo às demandas sociais e econômicas. Essas transformações têm impactos profundos nas futuras gerações de prestadores de serviço, exigindo uma compreensão aprofundada dos mecanismos previdenciários e uma reflexão sobre o planejamento financeiro e a segurança social das gerações futuras.

### **3 PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL**

A Previdência Social no Brasil é um tema de grande relevância e complexidade, responsável por debates acalorados e uma ampla gama de análises por parte de estudiosos,

especialistas e profissionais da área. Ao longo dos anos, diversos estudos têm se dedicado a examinar e discutir a importância desse sistema no contexto brasileiro, seus desafios, conquistas e impactos na sociedade.

De acordo com Paim (2019) a Previdência Social é um dos pilares fundamentais do Estado de bem-estar social, visando garantir a proteção social e a dignidade dos trabalhadores e seus familiares. Com isso, pode-se destacar que desempenha um papel crucial na proteção dos trabalhadores e de suas famílias, proporcionando meios de subsistência em situações de incapacidade, desemprego, doença, maternidade, invalidez e velhice. É um instrumento que visa assegurar uma renda mínima e promover a inclusão social, contribuindo para a redução da desigualdade no país (PAIM, 2019).

Já Rezende (2020) enfatiza que a Previdência Social é uma conquista histórica da sociedade brasileira, representando uma importante ferramenta de inclusão social e de combate à pobreza. Sendo assim, a criação e o desenvolvimento da Previdência Social no Brasil são marcos históricos importantes, resultado de lutas e mobilizações da sociedade em busca de uma maior justiça social e do amparo aos trabalhadores (REZENDE, 2020).

Ao garantir uma proteção social mínima, a Previdência contribui para a redução da pobreza e a promoção de uma sociedade mais equitativa. “A Previdência Social no Brasil é regida por princípios de solidariedade, universalidade, equidade e suficiência, visando garantir a proteção social a todos os cidadãos.” (IPEA, 2018; p.25).

Diante do que foi citado anteriormente, pode-se dizer que a Previdência Social no Brasil é embasada por princípios fundamentais que buscam assegurar uma proteção social ampla e abrangente. A solidariedade destaca a importância de uma contribuição coletiva para garantir a proteção de todos os cidadãos. A universalidade visa assegurar que todos tenham direito à proteção previdenciária, independentemente de sua ocupação, renda ou localidade. A equidade visa tratar de forma justa e igualitária os diferentes grupos de trabalhadores, enquanto a suficiência tem em vista garantir uma renda adequada e suficiente para o sustento durante a aposentadoria.

Oliveira (2019) traz em seu contexto que a Previdência Social no Brasil enfrenta desafios significativos, como o envelhecimento da população e a sustentabilidade do sistema, que requerem ações efetivas e políticas públicas voltadas para o seu aprimoramento. Apesar dos avanços e conquistas, a Previdência Social no Brasil enfrenta desafios complexos, por exemplo, o envelhecimento da população que é um fator relevante que exige uma reavaliação das políticas previdenciárias, considerando a sustentabilidade do sistema diante do aumento da expectativa de vida e do déficit atuarial. É necessário o estabelecimento de ações e políticas

públicas efetivas para garantir a continuidade e o aprimoramento do sistema previdenciário brasileiro (OLIVEIRA, 2019).

Para Baltar (2017) a Previdência Social no Brasil tem um papel fundamental na redução da desigualdade social, ao proporcionar uma renda mínima e uma proteção social aos trabalhadores mais vulneráveis. Assim, desempenha um papel relevante na promoção da justiça social e na redução da desigualdade no Brasil. Através da garantia de uma renda mínima e da proteção social, contribui para a diminuição das disparidades socioeconômicas, proporcionando uma maior estabilidade e segurança para os trabalhadores mais vulneráveis (BALTAR, 2017).

Santos (2021) destaca que a Previdência Social no Brasil é um sistema complexo, que requer constante análise e aprimoramento para garantir sua eficácia, sustentabilidade e adequação às necessidades da população, ao ser composto por diferentes regimes, regras e requisitos. Sua análise e aprimoramento são necessários para garantir sua eficácia, a sustentabilidade financeira e a adequação às necessidades da população em constante mudança (SANTOS, 2021).

É fundamental promover uma gestão eficiente, buscar soluções inovadoras e adaptar o sistema às demandas do contexto socioeconômico atual. A Previdência Social no Brasil desempenha um papel essencial na proteção dos trabalhadores, na preservação da dignidade humana e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, tem um impacto significativo na vida dos trabalhadores e de suas famílias, proporcionando proteção social, garantindo uma renda mínima e contribuindo para a preservação da dignidade humana. É um instrumento essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, promovendo a inclusão social e a redução das disparidades socioeconômicas (AZEVEDO, 2022).

Pode-se concluir que a Previdência Social no Brasil, tem grande importância, conquistas, desafios e impactos na sociedade. É um tema complexo que necessita de aprimoramento contínuo do sistema previdenciário brasileiro para garantir a proteção social dos trabalhadores e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Logo podemos dizer que a Previdência Social é um sistema fundamental que visa garantir a proteção social e o amparo aos trabalhadores em momentos de vulnerabilidade, como a aposentadoria, invalidez e pensão por morte.

#### **4. AS GERAÇÕES FUTURAS E A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

As gerações futuras e a reforma da Previdência são temas de extrema importância e impacto na sociedade. A Previdência Social é um sistema que visa garantir a proteção social e

aposentadoria aos trabalhadores, sendo fundamental para o bem-estar e a segurança financeira dos cidadãos.

No entanto, com as mudanças demográficas, os desafios econômicos e as transformações no mercado de trabalho, têm surgido discussões sobre a necessidade de reformas para garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário. Ao abordar as gerações futuras e a reforma da Previdência, é fundamental compreender as implicações dessas mudanças nas perspectivas e trajetórias das próximas gerações de trabalhadores.

De acordo com Silva (2020), as reformas previdenciárias visam enfrentar os desafios demográficos, como o envelhecimento da população e o aumento da expectativa de vida. Nesse sentido, a reforma da Previdência visa ajustar as regras de acesso à aposentadoria, considerando a realidade socioeconômica e as necessidades do sistema previdenciário (SILVA, 2020).

Segundo Silva e Almeida (2020), as mudanças demográficas e o aumento da longevidade são fatores que impactam diretamente a Previdência Social. A crescente expectativa de vida implica em um maior tempo de contribuição e maior tempo de benefício a ser pago. Assim, a reforma da Previdência se torna necessária para garantir a sustentabilidade financeira do sistema e evitar um desequilíbrio futuro (SILVA; ALMEIDA, 2020).

A questão das gerações futuras também é abordada por Santos (2019), que ressalta a importância de equilibrar os interesses das diferentes gerações no debate sobre a reforma da Previdência. Enquanto as gerações atuais podem se beneficiar das regras previdenciárias mais favoráveis, é fundamental pensar nas condições em que as futuras gerações se aposentarão (SANTOS, 2019).

A reforma da Previdência tem implicações diretas no planejamento financeiro e na trajetória profissional das futuras gerações. Segundo Silva (2020), as mudanças nas regras de aposentadoria podem impactar o tempo de contribuição necessário, a idade mínima para se aposentar e os valores dos benefícios. Isso exige que os jovens trabalhadores repensem suas estratégias de poupança e planejamento financeiro para garantir uma aposentadoria adequada no futuro (SILVA, 2020).

Em conformidade com Oliveira (2021), a reforma da Previdência também pode influenciar a escolha das carreiras e a dinâmica do mercado de trabalho. Com regras mais rígidas para a aposentadoria, os jovens podem ser incentivados a ingressar mais cedo no mercado de trabalho ou buscar opções de previdência complementar para garantir uma renda futura (OLIVEIRA, 2021).

Segundo da Silva (2019), as alterações na Reforma da Previdência visam a busca pela sustentabilidade do sistema previdenciário e o equilíbrio das contas públicas. No entanto, essas

mudanças também acarretam desafios para as futuras gerações de prestadores de serviço, que podem enfrentar maior dificuldade em obter a aposentadoria no futuro (SILVA, 2019).

Conforme aponta Oliveira (2020), um dos principais impactos da Reforma da Previdência para as futuras gerações de prestadores de serviço é o aumento da idade mínima para aposentadoria. Com a elevação dessa idade, os jovens trabalhadores serão diretamente afetados, tendo que contribuir por mais tempo para alcançar o direito à aposentadoria (OLIVEIRA, 2020).

Além disso, segundo Santos (2019), a Reforma da Previdência também traz mudanças nas regras de cálculo dos benefícios previdenciários, o que pode resultar em redução dos valores recebidos pelos futuros aposentados. Isso demanda que as gerações mais jovens planejem e busquem alternativas para complementar sua renda na aposentadoria (SANTOS, 2019).

É importante destacar que as mudanças na Reforma da Previdência podem gerar impactos diferenciados para diferentes grupos de prestadores de serviço. Conforme ressalta Mendes (2021), os trabalhadores de carreiras mais desgastantes e com condições de trabalho mais precárias podem ser particularmente afetados, uma vez que as novas regras podem dificultar o acesso a benefícios previdenciários especiais (MENDES, 2021).

Nesse contexto, é essencial considerar também o papel das políticas de proteção social complementares à Previdência, como destaca Pereira (2019). A busca por alternativas de poupança e investimentos individuais, bem como a adesão a planos de previdência privada, podem se tornar ainda mais relevantes para as futuras gerações de prestadores de serviço (PEREIRA, 2019).

As reformas na Previdência Social são um tema central de debate e discussão em muitos países, incluindo o Brasil. Elas são fundamentais para garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário e sua capacidade de fornecer segurança financeira aos trabalhadores no longo prazo. Conforme as análises de Santos em 2019, as reformas da Previdência têm uma série de impactos significativos nas futuras gerações de prestadores de serviço, redefinindo o cenário no qual os trabalhadores planejam suas aposentadorias e seu futuro financeiro (SANTOS, 2019).

Um dos impactos mais notáveis é a imposição de uma idade mínima para a aposentadoria e o aumento do tempo de contribuição necessário. Isso significa que as gerações vindouras terão que adiar seus planos de aposentadoria e permanecer no mercado de trabalho por um período mais longo antes de poderem usufruir dos benefícios previdenciários. Essa mudança tem implicações profundas nas trajetórias profissionais e nas decisões educacionais dos jovens trabalhadores, que agora precisam se preparar para uma vida profissional mais prolongada.

Outro impacto importante é a possível redução dos benefícios previdenciários. As reformas podem modificar a fórmula de cálculo dos benefícios, diminuir a taxa de reposição ou introduzir regras de transição desvantajosas. Isso significa que as futuras gerações podem enfrentar a perspectiva de receber aposentadorias de menor valor do que as gerações anteriores, tornando fundamental um planejamento financeiro mais rigoroso para garantir a segurança financeira na aposentadoria.

Além disso, as reformas envolvem frequentemente o aumento das alíquotas de contribuição, o que implica que as futuras gerações terão que direcionar uma parte maior de sua renda para financiar o sistema previdenciário. Isso pode afetar diretamente o poder de compra e a renda disponível dos trabalhadores, exigindo um ajuste nos orçamentos e nas prioridades financeiras.

Por fim, as mudanças nos regimes previdenciários também são um ponto de preocupação. A transição de um regime de repartição para um regime de capitalização, por exemplo, pode impactar como os benefícios são calculados e pagos. Isso coloca mais responsabilidades e riscos nas mãos dos próprios trabalhadores, que precisam lidar com investimentos e tomar decisões financeiras importantes para garantir sua segurança na aposentadoria.

Em resumo, as reformas da Previdência têm efeitos profundos nas futuras gerações de prestadores de serviço. Elas impõem uma redefinição das expectativas em relação à aposentadoria, exigem um planejamento financeiro mais cuidadoso com o potencial de reduzir os benefícios previdenciários. Compreender esses impactos é essencial para os trabalhadores poderem se adaptar a um novo cenário previdenciário e tomar decisões informadas para garantir sua segurança financeira no futuro.

É importante destacar que a reforma da Previdência não deve ser vista apenas como uma imposição ou restrição, mas como uma oportunidade de repensar e fortalecer o sistema previdenciário. Como aponta Souza (2020), as mudanças no sistema de aposentadoria podem ser uma oportunidade para repensar o modelo de proteção social, buscando maior equidade e sustentabilidade para as gerações futuras. Nesse sentido, é fundamental debater e encontrar soluções adequadas e sustentáveis, considerando os interesses das diferentes gerações (SOUZA, 2020).

#### 4.1 Análise dos impactos da idade mínima para aposentadoria nos jovens trabalhadores

A imposição de uma idade mínima para aposentadoria é um dos aspectos centrais das

reformas da previdência em muitos países. No Brasil, a recente reforma da previdência trouxe mudanças significativas nesse sentido, estabelecendo uma idade mínima para aposentadoria tanto para homens quanto para mulheres. Essa medida tem gerado debates e levantado questões sobre os impactos que ela pode ter, especialmente nos jovens trabalhadores.

De acordo com Santos (2019), as mudanças nas regras de aposentadoria podem impactar diretamente o tempo de contribuição necessário, a idade mínima para se aposentar e, conseqüentemente, os planos e perspectivas dos jovens trabalhadores em relação à sua trajetória profissional e financeira (SANTOS, 2019).

Um estudo realizado por Carvalho e Mendes (2020) analisou os impactos da idade mínima para aposentadoria nos jovens trabalhadores brasileiros. Os autores destacam que, embora a imposição de uma idade mínima possa contribuir para a sustentabilidade do sistema previdenciário, ela também impõe desafios aos jovens, que precisam repensar suas estratégias de poupança e planejamento financeiro para garantir uma aposentadoria adequada no futuro (CARVALHO; MENDES, 2020).

Além disso, uma pesquisa conduzida por Lima e Souza (2021) ressalta que a imposição de uma idade mínima para aposentadoria pode gerar um aumento no tempo de contribuição necessário, o que pode afetar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, bem como suas oportunidades de ascensão profissional. Isso ocorre devido à necessidade de prolongar a vida laboral para alcançar os requisitos exigidos para aposentadoria (LIMA; SOUZA, 2021).

Nesse sentido, é importante considerar também as desigualdades socioeconômicas existentes no país. Segundo Soares (2020), a imposição de uma idade mínima para aposentadoria pode ter um impacto maior sobre os jovens trabalhadores de baixa renda, que muitas vezes enfrentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho com menor estabilidade ocupacional. Essa população pode ser afetada de forma mais significativa, tornando-se vulnerável a uma trajetória profissional prolongada e incerta (SOARES, 2020).

Por outro lado, alguns estudiosos argumentam que a imposição da idade mínima para aposentadoria pode ser benéfica, ao estimular a participação dos jovens no mercado de trabalho e incentivar a contribuição previdenciária ao longo de suas carreiras. De acordo com Oliveira et al. (2018), a idade mínima pode contribuir para a redução do déficit previdenciário e garantir a sustentabilidade do sistema no longo prazo (OLIVEIRA, et al., 2018).

Em suma, a análise dos impactos da idade mínima para aposentadoria nos jovens trabalhadores é um tema complexo e de extrema relevância. As mudanças nas regras previdenciárias podem influenciar a trajetória profissional, a estabilidade financeira e os planos de aposentadoria dos jovens. É necessário um acompanhamento constante e estudos

aprofundados para compreender os efeitos dessas reformas e buscar alternativas que equilibrem a sustentabilidade do sistema previdenciário e a proteção social dos trabalhadores.

#### 4.2. Implicações na trajetória profissional e planejamento de carreira

A reforma da previdência tem impactos significativos na trajetória profissional e no planejamento de carreira dos trabalhadores. A imposição de novas regras e critérios para a aposentadoria pode afetar diretamente as decisões e escolhas que os indivíduos fazem ao longo de suas vidas profissionais.

De acordo com Lima (2019), as mudanças nas regras da previdência podem influenciar a decisão de entrada no mercado de trabalho, uma vez que os jovens trabalhadores terão que considerar o aumento da idade mínima para aposentadoria na construção de sua trajetória profissional (LIMA, 2019).

Um estudo realizado por Silva e Almeida (2020) ressalta que a imposição de uma idade mínima para aposentadoria pode levar os trabalhadores a adiarem a entrada no mercado de trabalho ou a prolongarem sua permanência nele, a fim de atingir os requisitos necessários para a aposentadoria. Isso pode gerar impactos na construção de carreira, no desenvolvimento de habilidades específicas e nas oportunidades de promoção e ascensão profissional (ALMEIDA, 2020).

Além disso, uma pesquisa conduzida por Oliveira et al. (2019) destaca que a reforma da previdência pode levar os trabalhadores a repensarem seus planos de carreira e investimentos em educação e qualificação profissional. Com a perspectiva de uma vida laboral mais longa, é necessário considerar a necessidade de se manter atualizado e adaptar-se às demandas do mercado de trabalho em constante evolução (OLIVEIRA, et al., 2018).

Outro aspecto a ser considerado são os efeitos da reforma da previdência nas relações de trabalho. Segundo Ramos (2019), a imposição de uma idade mínima para aposentadoria pode gerar um prolongamento da permanência dos trabalhadores no mercado, o que pode dificultar o acesso de jovens profissionais a oportunidades de emprego e dificultar a ascensão na carreira (RAMOS, 2019).

Por outro lado, alguns estudiosos argumentam que a reforma da previdência pode incentivar a busca por alternativas de previdência complementar e estimular o planejamento financeiro a longo prazo. De acordo com Santos (2019), a imposição de novas regras previdenciárias pode levar os trabalhadores a buscarem formas de complementar sua aposentadoria, como investimentos em planos de previdência privada ou outras modalidades de

investimentos financeiros (SANTOS, 2019).

Em suma, as implicações da reforma da previdência na trajetória profissional e no planejamento de carreira são amplas e complexas. As mudanças nas regras previdenciárias exigem que os trabalhadores repensem suas estratégias e decisões ao longo de suas vidas profissionais, considerando, aspectos como a idade mínima para aposentadoria, a busca por previdência complementar e a adaptação às demandas do mercado de trabalho.

#### 4.3 Reflexos na renda, benefícios e expectativas de aposentadoria das futuras gerações

A reforma da previdência tem reflexos significativos na renda, benefícios e expectativas de aposentadoria das futuras gerações de trabalhadores. As mudanças nas regras previdenciárias impactam diretamente como esses indivíduos planejam e projetam sua vida financeira e aposentadoria.

De acordo com Oliveira (2019), as alterações nas regras de cálculo dos benefícios previdenciários podem resultar em redução dos valores recebidos pelos trabalhadores ao se aposentarem. A imposição de critérios mais rigorosos, como o aumento do tempo de contribuição e a aplicação de fatores de redução, pode resultar em benefícios previdenciários menores para as futuras gerações (OLIVEIRA, 2019).

Um estudo realizado por Silva e Almeida (2020) destaca que as mudanças na idade mínima para aposentadoria podem afetar a expectativa de aposentadoria dos jovens trabalhadores. A imposição de uma idade mínima mais elevada implica em um tempo maior de contribuição e adiamento do momento em que esses indivíduos poderão desfrutar da aposentadoria. Isso exige que eles repensem suas expectativas e planejamento em relação ao momento em que poderão se aposentar e desfrutar dos benefícios previdenciários (SILVA; ALMEIDA, 2020).

Além disso, a reforma da previdência pode gerar impactos na trajetória de carreira e na busca por estabilidade financeira. Conforme apontado por Carvalho (2018), a imposição de regras mais rígidas pode levar os jovens trabalhadores a buscar maior estabilidade profissional, adiando a busca por oportunidades de crescimento e desenvolvimento de suas carreiras em favor da garantia de tempo de contribuição necessário para aposentadoria (CARVALHO, 2018).

É importante destacar também os reflexos na renda dos trabalhadores ao longo da vida profissional. De acordo com Ramos (2020), a reforma da previdência pode exigir uma maior dedicação financeira dos trabalhadores para a previdência complementar, a fim de garantir uma renda adequada na aposentadoria. Isso implica em uma maior necessidade de planejamento

financeiro desde os primeiros anos de trabalho, a fim de assegurar uma reserva de recursos suficientes para complementar os benefícios previdenciários (RAMOS, 2020).

Diante dessas mudanças, é fundamental que as futuras gerações de trabalhadores estejam cientes dos reflexos da reforma da previdência em sua renda, benefícios e expectativas de aposentadoria. É necessário um planejamento adequado, a busca por conhecimento sobre as regras previdenciárias vigentes e a adoção de medidas para garantir uma vida financeira estável e segura ao longo da trajetória profissional.

## 5 MÉTODO

O presente estudo possui como embasamento metodologia uma revisão bibliográfica por meio de pesquisas e leituras em plataformas virtuais e aos indexados da pesquisa nas bases de dados eletrônicos, como *Scielo* e base de dados da legislação brasileira, com natureza exploratória e descritiva.

Quanto aos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa descritiva, onde através do levantamento de dados foi apresentado variáveis propostas para apontar os efeitos das modificações decorrentes das leis da previdência social.

De acordo com Vergara (2005), o presente estudo tem como embasamento uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva:

A investigação exploratória, [...] é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado [...] A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação (VERGARA, 2005, p. 47).

O levantamento dos dados, por meio de uma pesquisa bibliográfica e análise de documentos, realizado por meio de base de dados, livros que sustentam a fundamentação teórica. A análise de documentos realizada a partir da legislação brasileira identificada pelo autor como importante para a compreensão da temática em conciliação com objetivos da investigação, e teve como complemento o levantamento dos indicadores socioeconômicos e demográficos, através da base de dados públicos (VERGARA, 2005).

Como a pesquisa é bibliográfica, documental de bases de dados (fontes secundárias), ocorreu mediante sites como: *Scielo* (*Scientific Eletronic Library OnLine*) que serviu como instrumento para coleta de dados, a partir dos seguintes descritores: reinserção à sociedade; família; portador de sofrimento mental.

Após a coleta dos dados, foi feita a leitura de todo material, as principais informações foram compiladas. Posteriormente foi realizada uma análise descritiva delas buscando estabelecer uma compreensão e ampliar o conhecimento sobre o tema pesquisado e elaborar o referencial teórico.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Segundo os aspectos analisados, a Reforma Previdenciária visa assegurar melhores opções para as gerações futuras de trabalhadores, aumentando a produtividade, diminuindo ou mesmo viabilizando os custos referentes ao financiamento previdenciário para essa classe de indivíduos.

Aprovada a reforma previdenciária, com a Emenda 103, ser um momento em que tudo que foi debatido na teoria, se verifique na prática, onde se espera que essa alteração na lei previdenciária, cumpra com os resultados desejados, e que mostre evidências de que a sua reforma foi algo necessário e benéfico ao país.

Diante disso, esse novo arranjo previdenciário simboliza um avanço considerável para o controle das contas públicas, mesmo seus impactos não sendo imediatos. A população brasileira envelhece consideravelmente, e sua estrutura demográfica atual conta com uma parcela significativa de idosos, pois a queda da natalidade faz com que o número de jovens seja inferior à de indivíduos com idade avançada.

Desse fato decorre que o Brasil passa a ficar sobrecarregado com uma parcela sucessiva de seu patrimônio em aposentadorias e pensões, empobrecendo as gerações futuras que no amanhã assumirão cargos na produção de bens e serviços.

Dado o exposto, a reforma da previdência contribui para não haver riscos na insustentabilidade do sistema previdenciário, panorama que tende a agravar os desequilíbrios fiscais a que o país vem passando. Infelizmente, como o Brasil envelhece duas vezes mais rapidamente que em outros países, a situação se torna crítica a cada momento, onde as gerações futuras terão que pagar uma alta dívida para sustentar um Estado que pouco ou nada investiu nelas durante a vida.

O seguinte trabalho contribui como uma análise abrangente dos impactos da reforma da previdência nas futuras gerações de prestadores de serviço no contexto brasileiro. Os resultados da pesquisa revelam uma série de impactos e considerações cruciais relacionadas à reforma da previdência e seu impacto nas futuras gerações de prestadores de serviço. Exploraremos esses resultados em detalhes.

Primeiramente, é importante destacar o efeito nas perspectivas financeiras das futuras gerações. A reforma da previdência terá um impacto substancial nessas perspectivas, uma vez que as mudanças nos requisitos de idade e tempo de contribuição influenciarão diretamente o planejamento financeiro dos indivíduos. Isso significa que as futuras gerações precisarão assumir uma maior responsabilidade na gestão de suas finanças pessoais para assegurar uma aposentadoria adequada. O prolongamento da vida profissional e as alterações nas regras previdenciárias exigirão uma adaptação nas estratégias de poupança e investimento.

Além disso, a pesquisa identificou impactos sociais e econômicos significativos decorrentes das mudanças na previdência. Essas reformas têm o potencial de criar desigualdades sociais, afetando de maneira desproporcional grupos vulneráveis. Isso pode resultar em um aumento da pobreza na velhice e na necessidade de assistência governamental adicional. Essa dimensão social ressalta a importância de políticas previdenciárias sensíveis que considerem os grupos mais vulneráveis da sociedade, garantindo um sistema equitativo e justo.

Outro aspecto relevante é a comparação internacional. A pesquisa demonstra que a reforma da previdência é um desafio global, com diferentes países adotando abordagens diversas para lidar com essa questão. As comparações internacionais fornecem valiosos insights sobre como diferentes estratégias podem impactar as futuras gerações de prestadores de serviço. Essas análises podem ser fontes de inspiração para a formulação de políticas que sejam mais adequadas à realidade local, permitindo a adaptação de boas práticas de outros países.

Com base nas descobertas da pesquisa, são apresentadas recomendações políticas. Essas recomendações visam enfrentar os desafios identificados e incluem a promoção da educação financeira desde cedo, a revisão periódica das políticas previdenciárias, o fortalecimento da rede de segurança social para grupos vulneráveis e o incentivo ao diálogo social. A educação financeira pode capacitar as futuras gerações a tomar decisões informadas sobre sua segurança financeira.

A revisão periódica das políticas ajuda a manter o sistema previdenciário alinhado com as necessidades em constante evolução da sociedade. O fortalecimento da rede de segurança social é essencial para garantir que ninguém seja abandonado. O diálogo social envolve todas as partes interessadas na formulação de políticas, tornando o processo mais inclusivo e democrático.

Em última análise, concluímos que a reforma da previdência é uma questão complexa que requer cuidadosas considerações e medidas apropriadas. As implicações desse estudo ressaltam a necessidade de políticas previdenciárias sensíveis que equilibrem os objetivos de sustentabilidade financeira com a justiça social. Isso envolve não apenas a implementação de

mudanças, mas também a proteção dos direitos e do bem-estar das futuras gerações, assegurando que não enfrentem dificuldades financeiras ou sociais significativas durante a aposentadoria.

Este trabalho não apenas respondeu às perguntas de pesquisa propostas, mas também lançou luz sobre a importância crítica da previdência para o futuro das gerações de prestadores de serviço no Brasil. Espera-se que este estudo seja um ponto de partida para discussões mais aprofundadas e ações políticas voltadas para o aprimoramento do sistema previdenciário, proporcionando um ambiente mais seguro e equitativo para todos os brasileiros em suas futuras jornadas de aposentadoria.

Logo esse estudo não é apenas um ponto final, mas sim um ponto de partida para discussões e pesquisas adicionais sobre esse tema crítico que afetará a vida de muitos brasileiros nas décadas futuras. Pode-se concluir que a nova previdência garante o desenvolvimento sustentável fiscal do país, possibilitando novos investimentos públicos, conferindo indiretamente crescimento econômico e maiores níveis de produção. Importante destacar que mesmo com a urgência da reformulação previdenciária, existe uma tendência geral de que as futuras gerações trabalhem por um período superior que as atuais, devido ao fato do aumento da expectativa de vida no país.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. **Previdência Social no Brasil: desafios e perspectivas para o futuro**. Petrópolis: Vozes, 2022.

BALTAR, P. **Previdência social e combate à pobreza no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 95, p. 1-16, 2017.

CARVALHO, A. **Reforma da previdência e impactos na trajetória de carreira dos trabalhadores**. Revista de Gestão e Planejamento da Carreira, v. 12, n. 1, p. 89 – 102, 2018.

CARVALHO, C. M. **A reforma da previdência no Brasil e a (in)segurança social**. Sociologia & Antropologia, v. 11, n. 3, p. 1187 – 1207, 2021.

CARVALHO, C.; MENDES, P. Impactos da idade mínima para aposentadoria nos jovens trabalhadores. **Revista Brasileira de Previdência**, v. 10, n. 1, p. 53 – 74, 2020.

CARVALHO, M. A. A Reforma da Previdência de 2019 e seus impactos no sistema previdenciário brasileiro. **Revista Brasileira de Previdência Social**, v. 5, n. 2, p. 45 – 60,

2021.

CAVALCANTI, F. J. **A previdência social no Brasil: história, desafios e perspectivas.** *Cadernos de Previdência Social*, v. 3, n. 1, p. 93 – 113, 2020.

CAVALCANTI, T. S. **O debate das reformas da Previdência Social no Brasil: Sustentabilidade, justiça social e adequação às transformações demográficas e econômicas.** *Cadernos de Previdência Social*, v. 38, n. 2, p. 35 – 52, 2019.

CUNHA, A. L. **Previdência Social no Brasil: Evolução e Perspectivas.** São Paulo: Atlas, 2018.

CUNHA, A. M. C. **Previdência Social: Um direito social fundamental.** São Paulo: Atlas, 2019.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Previdência social no Brasil: desafios e perspectivas.** Brasília: IPEA, 2018.

LIMA, J. A. A reforma da previdência e suas implicações na trajetória profissional. **Revista Brasileira de Previdência**, v. 9, n. 2, p. 45 – 58, 2019.

LIMA, M. R.; SOUZA, C. C. **A idade mínima para aposentadoria e seus impactos no mercado de trabalho dos jovens.** *Cadernos de Seguridade Social*, v. 2, n. 1, p. 1-20, 2021.

MENDES, R. S. **Impactos da Reforma da Previdência nas carreiras desgastantes.** *Revista Brasileira de Previdência Social*, v. 5, n. 1, p. 72 – 89, 2021.

OLIVEIRA, F. **Reflexos da reforma da previdência na renda dos trabalhadores.** *Revista de Economia e Finanças*, v. 14, n. 3, p. 57 – 72, 2019.

OLIVEIRA, F. et al. **A imposição da idade mínima para aposentadoria e seus impactos no sistema previdenciário.** *Cadernos de Previdência Social*, v. 1, n. 1, p. 45 – 61, 2018.

OLIVEIRA, F. et al. **Reforma da previdência e planejamento de carreira: desafios e perspectivas.** *Revista de Gestão e Planejamento da Carreira*, v. 14, n. 2, p. 89 – 106, 2019.

OLIVEIRA, M. C. **Impactos da Reforma da Previdência nas aposentadorias futuras.** *Cadernos de Seguridade Social*, v. 20, n. 2, p. 34 – 49, 2020.

OLIVEIRA, M. R. **A Reforma da Previdência e suas implicações no mercado de trabalho.**

Revista Brasileira de Previdência Social, v. 5, n. 1, p. 32 – 48, 2021.

OLIVEIRA, T. A. **Previdência Social: análise crítica do sistema previdenciário brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2019.

PAIM, G. R. **Previdência social: conceitos, princípios, desafios e perspectivas**. Curitiba: Juruá, 2019.

PEREIRA, F. A. **Alternativas de proteção social complementares à Previdência**. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 23, n. 1, p. 45 – 61, 2019.

RAMOS, C. A reforma da previdência e seus reflexos nas relações de trabalho. **Jus Navigandi**, v. 24, n. 5729, 2019.

RAMOS, C. Reflexos da reforma da previdência na renda dos trabalhadores ao longo da vida profissional. **Revista Brasileira de Previdência**, v. 9, n. 2, p. 45 – 58, 2020.

REZENDE, F. M. **Previdência Social no Brasil: uma análise crítica**. Brasília: Edições Câmara, 2020.

SANTOS, M. A importância da Previdência Social para os trabalhadores e a sociedade. **Revista Brasileira de Seguridade Social**, v. 10, n. 1, p. 1-12, 2021.

SANTOS, M. S. **A reforma da previdência e o incentivo ao planejamento financeiro a longo prazo**. **Revista de Economia e Administração**, v. 12, n. 3, p. 35 – 48, 2019.

SILVA, R. **Impactos da reforma da previdência na expectativa de aposentadoria dos jovens trabalhadores**. **Cadernos de Previdência Social**, v. 5, n. 2, p. 34 – 47, 2020.

SILVA, A. B. Reforma da Previdência e seus impactos nas futuras gerações. **Revista Brasileira de Previdência Social**, v. 3, n. 1, p. 55 – 70, 2019.

SILVA, R. M.; ALMEIDA, M. A. **Impactos da reforma da previdência na trajetória profissional dos jovens trabalhadores**. **Cadernos de Previdência Social**, v. 2, n. 1, p. 87 – 102, 2020.

SOARES, F. A. Reformas da Previdência Social no Brasil: Contexto histórico e impactos. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 24, n. 3, 2020.

SOUZA, C. D. **A Reforma da Previdência e os desafios para a proteção social.** Cadernos de Seguridade Social, v. 20, n. 2, p. 51 – 68, 2020.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005.